



## PROCURADORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

Parecer Jurídico nº 032/2025

Processo Administrativo nº 1028/2025

Pregão Eletrônico nº 009/2025

Ementa: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviço comum de limpeza, conservação e higienização do prédio da Câmara e copeiragem, de acordo com especificações e características mínimas constantes dos Anexos I do referido edital. Análise Representação e Recurso apresentados pelas licitantes: Solution Soluções Integradas Ltda e Quallity Prestadora Locações e Comércio Ltda.

### RELATÓRIO

1. Cuida-se de encaminhamento a esta Procuradoria Jurídica Legislativa do Processo Licitatório para contratação de empresa especializada no serviço de higienização, limpeza e copeiragem, para atender as demandas da Câmara Municipal de Jataí, em face da apresentação de representação para anulação de homologação pela empresa Solution Soluções integradas Ltda e apresentação de recurso pela empresa Quallity Prestadora Locações e Comércio Lda.

2. O resultado do presente certame foi:

2.1. Para o item 1, um posto de serviço com três auxiliares de serviços gerais:

a) Arrematante: Consulgov Soluções Integradas Ltda, com o valor da proposta de R\$ 122.326,20 (cento e vinte e dois mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte centavos);

b) 2ª Classificada: Quallity Prestadora Locações e Comércio Ltda, com o valor da proposta de R\$ 122.328,00 (cento e vinte e dois mil, trezentos e vinte e oito reais);

c) 3ª Classificada: Solution Soluções Integradas Ltda, com o valor da proposta de R\$ 122.338,32 (cento e vinte e dois mil, trezentos e trinta e oito reais e trinta e dois centavos).

3. A 3ª classificada, empresa Solution Soluções Integradas Ltda, argui em sua Representação para anulação de homologação:



3.1. O indeferimento da manifestação de recurso pela pregoeira sem abrir o prazo legal de 3 dias úteis para apresentação das razões e sem oportunizar o contraditório e ampla defesa configura violação procedimental grave, uma vez que suprimiu fase obrigatória do processo licitatório.

3.2. A proposta vencedora do item 1, a empresa Consulgov Soluções Integradas, apresentou planilha de custos que fere direitos trabalhistas, contrariando o disposto no edital anexo I- Planilha de composição de custo por não contemplar a devida retenção de férias, descumprindo a CLT e o art. 5º do Decreto nº 9.507/2018 (quando aplicável), além de contrariar o princípio da seleção da proposta mais vantajosa que deve observar a legalidade.

3.3. Requeru: o recebimento e processamento do presente recurso/representação; a anulação da decisão que homologou as propostas vencedoras, com reabertura da fase recursal; a inabilitação das propostas que contenham vícios trabalhistas e a exclusão da licitante optante pelo Simples Nacional em afronta à LC 123/2006; adoção das providências legais e encaminhamento aos setores competentes.

4. Por seu turno, a 2ª Classificada, empresa Quallity Prestadora Locações e Comércio Ltda, aduz em seu recurso que pretende impugnar a habilitação/classificação da empresa Consulgov Soluções Integradas Ltda, referente ao item 01, por descumprimento de exigências editalícias, legais e trabalhistas, a saber:

- 4.1. A certidão negativa de falência/concordata vencida;
- 4.2. Incidências de composição da planilha apresentada;
- 4.3. percentual incorreto de insalubridade, apresentado o percentual de 10% pela empresa classificada, que deveria ser 20%, por se tratar de exposição moderada a agentes químicos/biológicos que configura grau médio;
- 4.4. Ausência de assinatura na planilha de custos.
- 4.5. Ao final requer: conhecimento e provimento do recurso, com inabilitação/desclassificação da empresa recorrida; em caso de não provimento encaminhamento à autoridade superior da Câmara de Jataí e observância nas futuras reaberturas de sessão do aviso prévio com 24 h de antecedência e registro em ata.

5. A empresa Consulgov Soluções Integradas Ltda, recorrida, apresentou contrarrazão aos recursos apresentados, alegando:

- 5.1. sua integridade e legitimidade para a contratação;
- 5.2. que os documentos contábeis acostado no procedimento de licitação, apenas comprovam a sua capacidade fiscal e financeira que possam ensejar a sua inabilitação, com fundamento no Art. 20, do Decreto Lei nº 4.657/1942;
- 5.3. que comprova todos os requisitos necessários para sua classificação ao certame,

ormente que conforme sua Planilha Patrimonial é detentora de capital social e patrimonial compatível para a satisfação do contrato,

5.4. requer que o recurso seja julgado improcedente e o reconhecimento de sua habilitação/classificação no certame.

## FUNDAMENTAÇÃO

6. **Preliminarmente** cumpre anotar o Art. 165, da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021, *in verbis*:

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

*a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

*b) julgamento das propostas;*

*c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*

*d) anulação ou revogação da licitação;*

*e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

*II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.*

*§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:*

*I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 desta Lei](#), da ata de julgamento;*

*II - a apreciação dar-se-á em fase única.*

*§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.*

*§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.*

*§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.*

*§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (grifos inseridos)*

7. Diante da norma supracitada e documentos dos autos, verifico que a sessão de julgamento das propostas foi realizada no dia 08/08/2025 (sexta-feira) e que a empresa **Solution Soluções Integradas Ltda**, apresentou seu pedido de reconsideração em 14/08/2025 (quinta-feira) e a empresa **Quallity Prestadora Locações e Comércio Ltda**, apresentou o seu recurso no dia 15/08/2025 (sexta-feira), e tanto um quanto o outro são intempestivos, devendo ser por isso indeferidos, pois 3 (três) dias úteis contados do dia 08/08/2025 (sexta-feira), vencem no dia 13/08/2025 (quarta-feira).

8. Registre-se que **nenhum ato processual foi praticado antes do prazo de três dias, respeitando o direito das partes de se insurgirem contra os atos praticados anteriormente.**

9. **Todavia, mesmo diante da intempestividade da representação e do recurso apresentados, que dá causa ao indeferimento por intempestividade, por amor ao debate, adentrarei no mérito recursal, para demonstrar que não assiste razão às recorrentes, caso tivessem se manifestado no prazo legal.**

#### **Do cerceamento de defesa pela recusa da intenção de recurso**

10. A empresa Solution manifestou tempestivamente a intenção de recurso durante a sessão pública, em conformidade com o art. 165, §1º, da Lei 14.133/2021 e conforme previsto no item 13.1 do Edital, que exige manifestação “imediata e motivada” em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito.

11. A ata comprova várias manifestações de intenção de recurso por diferentes licitantes, todas devidamente registradas no sistema.

12. Todavia, conforme consta na ata, as intenções de recurso foram indeferidas pela pregoeira, em todas as ocasiões, por considerarem inadequadas as razões apresentadas ou por ausência de justificativa considerada suficiente.

13. Entendo que esse indeferimento poderia ter sido objeto de recurso pelas empresas que se achassem prejudicadas, como de fato aconteceu, todavia os recursos apresentados não obedeceram ao prazo fatal de 3 dias.

14. Razão pela qual o processo seguiu seu trâmite, com parecer jurídico nº 030/2025, emitido por esta Procuradoria ratificando os atos praticados, inclusive o indeferimento das intenções de recurso realizado pela pregoeira com sua fundamentação, entendendo ausentes fatos que ensejassem reforma das decisões de habilitação ou classificação, sobretudo em consideração a ausência de prejuízo, pois os interessados não haviam usado sua faculdade recursal, bem como pela necessidade premente da contratação dos serviços, ante ao vencimento do contrato precário no dia 28/08/2025.

15. No dia 14/08/2025, repita-se, fora do prazo do legal, a empresa Solution alega supressão do prazo de 3 dias úteis para apresentação das razões, bem como falta de contraditório e ampla defesa, argumentando que tais condutas violam o procedimento legal.

16. O edital de Pregão eletrônico nº 009/2025 (item 13.2) determina que, uma vez recebida e admitida a intenção de recurso, deve-se franquear prazo para apresentação das razões e contrarrazões.

17. Todavia, o mesmo edital (item 13.1 e 13.1.1) confere ao pregoeiro a prerrogativa de verificar as condições de admissibilidade do recurso, podendo indeferir intenções apresentadas fora das condições exigidas, *in verbis*:

*“13.1.2 Diante da manifestação da intenção de recurso, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.”*

*“13.6 Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.”*

18. No caso concreto, a ata registra que as intenções não trouxeram fatos novos, elementos técnicos, documentação faltante, nem vícios insanáveis, sendo indeferidas, conforme faculdade legal conferida à pregoeira e ratificada pela Procuradoria Jurídica.

19. De acordo com o Acórdão nº 2143/2009 – TCU – Plenário, temos que:

*“3.19. A pregoeira, possuía plena legitimidade para examinar e recusar a intenção de recurso da representante, tendo em vista que tal intenção não se apresentou de forma motivada.*

*19.1. A finalidade da norma, ao autorizar o pregoeiro examinar previamente a admissibilidade do recurso, é afastar do certame aquelas manifestações de licitantes de caráter meramente protelatório, seja por ausência de interesse de agir, demonstrada pela falta de necessidade e da utilização da via recursal, seja por não atender aos requisitos extrínsecos, como o da tempestividade. Ao proceder ao exame de casos concretos sobre o tema, tendo em contas as normas acima mencionadas, o TCU já se manifestou no sentido de que o juízo de admissibilidade dos recursos interpostos em procedimentos de pregão pode ser realizado pelo pregoeiro, conforme se extrai do elucidativo voto do Relator que fundamentou o Acórdão nº 1440/2007-Plenário: ‘9. Essa prerrogativa conferida ao pregoeiro não viola os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório; ao contrário, coaduna-se com o princípio constitucional da eficiência previsto, de forma expressa, no art. 37 da Constituição Federal e com o princípio da celeridade processual, ambos, exigências em favor dos próprios administrados, que não pretendem ver seus pleitos eternizados pela máquina estatal, com infundáveis recursos e*

*deliberações de cunho meramente protelatório.”*

20. Outrossim, o Art. 165, II, da Lei 14.133/2021, faculta ao interessado apresentar pedido de reconsideração do indeferimento das intenções de recursos, no prazo de 3 (três); faculdade essa que de fato foi utilizada pelas recorrentes, porém, seus pedidos foram protocolados fora do prazo de 3 (três) dias.

21. **Assim, não houve supressão do direito de defesa, de prazo recursal, o que houve foi que ele não usado no tempo correto pelas recorrentes.**

### **Alegação de Ilegalidade das Propostas Homologadas**

22. A representação e recurso apontam supostas falhas nas planilhas de custo, vício trabalhista, erro na alíquota do ISS e habilitação de empresa optante pelo Simples Nacional.

23. O edital prevê análise da exequibilidade das propostas e possibilidade de diligência para esclarecimentos. Houve atuação da contadoria especializada contratada pela Câmara que elaborou planilha de custos padrão, onde ficou fixado como valor mínimo exequível, a importância de R\$ 2.689,44 (dois mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais por trabalhador.

24. Não se constatou inexecuibilidade nem prejuízo ao direito trabalhista no presente caso, pois a proposta vencedora foi de R\$ 3.397,95 (três mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos), superior aos cálculos mínimos apresentados no Edital.

25. Importa registrar que as propostas da 2ª e 3ª classificadas foram, respectivamente: R\$ 3.398,00 (três mil, trezentos e noventa e oito reais) e R\$ 3.398,28 (três mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), com diferença ínfima da primeira classificada, de onde se deduz que todos os direitos dos futuros trabalhadores poderão ser respeitados, ou todas as propostas estão erradas, pois as diferenças apresentadas não são suficientes para alterar alíquotas de ISS, percentagem de insalubridade, como alegado pelas recorrentes.

26. Na análise das propostas de serviços continuados, o julgador deve considerar o valor total da proposta como parâmetro principal para o julgamento e a aferição de exequibilidade. A inexecuibilidade de valores isolados em itens da planilha de custos, desde que não contrariem exigências legais, não é motivo suficiente para desclassificação da proposta. Ou seja, o foco está no valor global da proposta, e não em cada item individual da planilha de preços.





27. No entanto, se houver indícios relevantes de inexecuibilidade em itens isolados que sejam materialmente relevantes para a execução do objeto, **pode-se exigir que a licitante demonstre a exequibilidade desses itens, dando oportunidade para eventual saneamento da proposta.**

28. Portanto, o julgamento da proposta se dá pelo menor preço global, observando a planilha de preços para verificar a razoabilidade e exequibilidade, mas sem desclassificar por inconsistências em itens isolados sem relevância financeira significativa.

29. Sobre a alegação referente à empresa optante do Simples Nacional, conforme item editalício e esclarecimentos registrados, as empresas optantes podem participar do certame desde que não usufruam benefícios do regime em relação à proposta licitatória e, **caso vencedoras, devem pedir exclusão do Simples Nacional para cumprir a legislação aplicável.**

30. Embora o recurso tenha sido intempestivo, o artigo 71 da Lei 14.133/2021 confere à Administração o dever de revisar atos ilegais mesmo de ofício ou por provocação fundamentada, o que não se verifica in casu.

31. A análise jurídica feita por esta Procuradoria Jurídica Legislativa ratifica que o procedimento atendeu ao edital e à legislação de regência, **não identificando vício insanável que justifique a anulação da homologação, ante o princípio jurídico “Pas de nullité sans grief”,** que significa que não se pode declarar a nulidade de um ato processual sem que haja a comprovação de um prejuízo efetivo para a parte interessada, que não exerceu seus direitos atempadamente.

## CONCLUSÃO

32. Diante do exposto e dos elementos constantes dos autos, **o exercício do direito de representação/recurso foi realizado fora do prazo legal, razão pela qual devem ser indeferidos.**

33. Quanto ao mérito, não se verifica supressão de direito de defesa ou recurso, tendo sido observados os prazos e oportunidades previstos no edital e na Lei 14.133/2021; não há elementos concretos de irregularidade insanável nos atos homologatórios, especialmente quanto às propostas classificadas, à habilitação dos licitantes ou aos parâmetros legais, cabendo ao órgão manter os atos praticados.

34. Por tais razões, **opino pelo indeferimento dos recursos/representação apresentados pelas empresas; Solution Soluções Integradas Ltda e Quallity Prestadora Locações e Comércio Ltda por serem intempestivos, mantendo-se a adjudicação e homologação do objeto,** salvo se sobrevier novo elemento fático ou técnico, devidamente comprovado, que justifique a revisão do



procedimento nos termos do art. 71 da Lei 14.133/2021.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 26 de agosto de 2025.

**Renata Silva Oliveira**  
**Procuradora-Geral**